

NOTAS SOBRE A TEORIA DO SIGNIFICADO E O CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA

Orlando Miranda

O convite para essa palestra, devo confessar, atingiu-me em pleno período de entressafra. Isso é, o que vinha pensando e pesquisando, articulou-se (espero) e resultou em trabalhos de publicação recente, cujas preocupações de algum modo encontram-se incluídas, inclusive, no curso de pós-graduação que ministro nessa casa. Retomar tais temas, seria, portanto, correr sério risco de aborrecê-los repetindo assuntos, problemas e argumentos já conhecidos.

Por outro lado, embora talvez sem um fundamento mais sólido, não estou com a cabeça inteiramente vazia (embora seja eu que o diga). Tenho feito algumas conjecturas a partir das quais pretendo orientar a continuidade do que venho procurando desenvolver. São ainda apenas conjecturas, digamos hipóteses de trabalho a serem muito mais exploradas para que pudessem efetivamente se constituir em uma contribuição válida.

Assim, para a ocasião, tive que escolher entre o risco de provocar bocejos em massa prendendo-me ao que venho dizendo, ou sorrisos de descrédito ao devanear de modo um tanto inconsequente sobre um tema

complexo. Escolhi o segundo caminho considerando apenas que os sorrisos serão mais agradáveis que os bocejos.

O que aqui vamos expor, portanto, é apenas um ensaio preliminar sugerindo vincular as teorias da comunicação e da significação, tais como as encontramos nas formulações mais recentes, com a teoria social de Ferdinand Tönnies, o que poderia talvez, de forma mais elaborada, repensar, redefinir e redimensionar o conceito de opinião pública.

O primeiro passo, possivelmente o único que estaremos em condições de esboçar nessa oportunidade, consiste em constituir um campo comum onde se possa alocar tanto uma teoria da significação como uma teoria social. Penso que poderíamos localizá-lo na esfera da ação social, para o que procederemos a uma aproximação a partir da formulação e do desenvolvimento dos conceitos de comunicação e significação; em seguida nos deslocaremos para os fundamentos metodológicos do autor de "Comunidade e Sociedade", posto o que faremos algumas considerações sobre a noção de opinião pública.

Tudo isso, consistindo, insisto nesse ponto, numa elocubração ainda rudimentar, uma espécie de arcabouço desenvolvido pela imaginação desse que vos fala, e que, a ser pertinente, deverá recheiar-se com uma abordagem bem mais aprofundada.

Comunicação e Significação

Todo e qualquer objeto da natureza, animado ou inanimado, emite permanentemente sinais passíveis de serem captados por equipamentos sensores adequados. Independente de qualquer desejo ou consciência, sinaliza e comunica-se com o meio. É uma fonte, cujas séries de sinais constituem mensagens, que recolhidas por um aparelho sensível como informações, classificadas e ordenadas podem formar um sentido. E, finalmente, referindo-se aos interesses do receptor, e nesse caso necessariamente a alguma forma de "vontade", são interpretadas e ganham significação.

Dizemos que os sinais tem na fonte o seu significante, que ao nível do receptor - a combinação entre um aparelho sensor e uma "vontade" - recebem significado. Significação seria portanto a atribuição de significado a um significante efetuada por um receptor.

Considerando-se, sempre em princípio, que a emissão de sinais é inerente e intrínseca à fonte (que pode ser inconsciente e inanimada), a construção do significado, o estabelecimento da significação, depende de três condições associadas e que devem estar presentes e disponíveis no receptor: percepção, inteligência e vontade. A primeira capta as informações e associa-se a segunda para distinguir a fonte entre o conjunto de objetos da natureza. Ou ainda, para separar, classificar e ordenar as informações a que a inteligência fornece o sentido. A vontade intervém ao referir tal conjunto a si próprio, seus interesses e necessidades, realizando o significado.

Assim, em princípio, e naturalmente, o receptor será o único agente real de um processo de comunicação e significação.

Tomando-se como fonte um pedaço do solo, ele emitirá permanentemente um variado número de sinais referidos à sua composição, forma, densidade, umidade, temperatura, etc. Digamos ainda que o receptor sensível sejam as raízes de uma árvore. Elas recolherão tais mensagens em busca de informações que signifiquem seja sua fixação sólida ao terreno, seja a perspectiva de obtenção dos nutrientes que necessita. Do mesmo modo, o cheiro exalado por uma corça (um sinal olfático) constitui mensagem transmitida, recebida, mas possivelmente não significada (isto é, sem sentido) para, digamos, uma girafa, e com significado inteiramente diverso para outro membro da espécie e para um leão. Diferentemente da fonte "solo", inanimada, podemos postular algum grau de consciência ou intencionalidade a fonte "corça", animada. Podemos sugerir que em dadas circunstâncias, a fonte "corça" pode pretender ter a intenção, de sinalizar sua presença para os congêneres, mas não para o leão. Nesse caso, tudo o que lhe resta fazer é colocar-se contra o vento (por referência ao leão). Ou, em outros termos, o único modo pelo qual uma fonte pode recusar-se a emitir sinais significativos é romper o contato com o equipamento sensor com o qual não deseja comunicar. Pode-se sugerir que a corça minta ao leão, procurando comunicar sua não presença, quando de fato está presente.

Estou aqui em presença dos senhores emitindo sinais. Se parar de falar e de me mover, continuarei emitindo sinais. Mesmo mudo e imóvel, os senhores recolherão tais sinais, os coletarão como informações, os organizarão com um determinado sentido e atribuirão significado. Concluirão que sou um ser vivo (continuo respirando e equilíbrio-me sobre os órgãos motores), um homem com certa idade e constituição física (pela aparência que podem perceber), e ainda, por referência a experiências anteriores, me

avaliarão como tímido, excêntrico, pedante, mal-educado ou todas as anteriores.

Contudo, pode-se estabelecer uma derradeira divisão. Vossos aparelhos sensores viram-me, captaram sinais e informações, mas não me viram pedante ou excêntrico. Foi ao nível da organização das informações que se deu a atribuição do sentido, e este levou a formulação do juízo, vale dizer, a significação que adiro para os senhores. Ou, um receptor de rádio pode recolher e processar uma multiplicidade de informações, mas não pode dotá-las de sentido, falta-lhe consciência para significá-las.

Graficamente, talvez pudéssemos representar o processo da seguinte forma:

FONTE (significante)	MENSAGENS (série de sinais)	RECEPÇÃO	SENTIDO (ordenação das informações)	SIGNIFICADO (constituição do juízo)
-------------------------	--------------------------------	----------	---	---

A fonte emite “n” séries de sinais, das quais o receptor capta algumas, as que está capacitado a recolher (o olfato do leão não capta a cor da pelagem da corça). Sendo o receptor consciente, ordena as informações dando-lhes sentido. Algumas informações recolhidas podem não receber sentido (o olfato do leão captou uma variedade de cheiros, desprezando uma parte deles, fixando-se em dar sentido ao cheiro da corça). Finalmente, o receptor consciente atribui um significado as informações dotadas de sentido. De um elenco de significações possíveis, o receptor seleciona algumas segundo sua vontade e significa a simultaneidade e a compatibilidade dos sinais. No caso do leão, selecionadas as sensações provenientes da corça, e desde que o leão tenha fome, o significado final poderia ser o de “alimento disponível a uma distância estimada em ‘x’”. O mesmo leão, com as mesmas informações, mas enfasiado, poderia também concluir que “objeto móvel de cheiro enjoativo interpõe-se entre mim e o Sol atrapalhando meu aquecimento”.

O que estou tentando estabelecer nessa introdução é uma sorte de diferença de origem entre os conceitos de significação e de comunicação. Na verdade, pode-se dizer que o solo, ou a corça, não comunicam, são comunicados, isto é, no processo de significação o agente é o receptor (que atua através da percepção), único sujeito do significado, que não depende do

significante, mas do sentido inteligível dado pelo receptor e combinado à sua vontade para a formulação do juízo.

Todavia, quando expressamos o termo comunicação, já não implica simplesmente uma significação atribuída por um receptor isolado, mas a perspectiva e a possibilidade de dois ou mais receptores chegarem a um entendimento, ou seja, partilharem de um significado.

Entendido dessa forma, todo processo de comunicação é um processo social (embora o de significação não o seja necessariamente). O processo de comunicação social exige não um equipamento sensível e uma inteligência, mas duas. A transmissão dar-se-á entre um equipamento sensível e outro. Não se dará mais através da fonte, e sim através de um conteúdo simbólico que representa essa fonte.

Tentarei esclarecer melhor através de um exemplo:

Seja a fonte esta sala. Minha percepção através da pele recolhe sinais de forte desconforto térmico; cujo sentido fornecido pela comparação entre os ambientes que a experiência já me forneceu, é a de que aqui dentro está quente e abafado. Simultaneamente, minha percepção visual localiza no teto alguns instrumentos dotados de pás, cuja utilidade, que também reconheço através da memória, é a de fazer circular o ar e refrigerá-lo. De onde, o acionamento de tais instrumentos terá o significado de me proporcionar maior conforto térmico, conforme minha vontade expressa nesse momento.

Muito bem! Então, desloco-me desse tablado, vou e aciono os ventiladores. Os senhores, recolhendo todas as impressões, significarão o meu ato. Para mim, a fonte, o significante, terá sido o ambiente e os recursos reconhecidos na sala. Para os senhores, na significação, a tudo isso se soma o meu ato.

De qualquer modo, estando cada um dos receptores - eu e os senhores - referidos diretamente a fonte, sem estabelecer entre nós qualquer tipo de comunicação formal ou intencional, não há modo de sabermos se partilhamos o significado.

Deixem-me seguir com o exemplo: sugiro que ao deslocar-me do tablado, caminhar até o fundo da sala e premir os botões que efetivamente acionam os ventiladores eu possa ter duas motivações distintas: a) - minha vontade é a de obter conforto térmico; b) - minha vontade é de esclarecer

melhor este exemplo (ou seja comunicar alguma coisa aos senhores). Por sua vez, e considerando que ao menos uma parte dos senhores é constituída de seres tropicais, havendo até mesmo alguns sertanejos calejados, pode-se imaginar que alguns possam partilhar da sensação de calor insuportável, mas outros reconheçam o ambiente como normal. De onde, possam considerar o acionamento dos ventiladores como a) desejável, do ponto de vista do conforto térmico; b) indiferente ou indesejável, do mesmo ponto de vista.

Transfiramos ao quadro as possibilidades decorrentes:

FONTE: Esta sala - SIGNIFICADO do Ato de ligar os ventiladores

Significado possível para mim

- a) estou com calor, ligo o ventilador.
Obteremos maior conforto térmico
b) estou com calor, ligo o ventilador.

ventilador

- Obteremos maior conforto térmico
b) estou apenas exemplificando o raciocínio
É um ato de significado pedagógico
mais

- c) estou apenas exemplificando o raciocínio
É um ato de significado pedagógico

Significado possível para um dos senhores

- a) estou com calor, ele ligou o ventilador
Obteremos maior conforto térmico.
b) não estou com calor, ele ligou o

Sulista gosta de ventania

- a) estou com calor, ele ligou o ventilador
Não entendi nada, mas vai ficar
confortável.
b) não estou com calor, ele ligou o
ventilador.
Se é um exemplo, é uma coisa idiota.

Notemos três coisas. Primeira, o significado para mim é dado pela fonte (o ambiente), enquanto, para os senhores a variação significativa pode ser maior já que a fonte incorpora ao ambiente o meu próprio ato. De fato, as hipóteses interpretativas da segunda coluna incorporam uma atribuição de significado ao meu ato (por isso, fiz variar na segunda coluna as formulações de "a" e "b"). Para ser absolutamente rigoroso, deveria incluir oito possibilidades na segunda coluna, referidas a duas vontades hegemônicas possíveis: a de obter conforto térmico, e a de entender o conteúdo significativo transmitido). Segundo, dentre as hipóteses apresentadas só uma apresenta uma significação coincidente (a = a), consistindo naquela em que as vontades são coincidentes. Pode-se desde logo anotar que para o compartilhar de um significado entre dois receptores (isto é, dois aparelhos sensores e duas inteligências) ainda assim a vontade deve ser a mesma. Terceiro, não há, nesse momento e nesse ponto, nenhum modo de sabermos o que realmente seria o significado atribuído por um receptor diferente, isto é não há modo de saber se compartilhamos o significado.

Voltemos a origem: isto é, passemos dessa significação subjetiva, para uma significação objetiva, isto é, compartilhada, e que exigirá o estabelecimento de um processo social e simbólico de comunicação e que, como afirmei antes, já não se refere a fonte, mas a um julgamento que sobre ela estabeleço.

Quando eu digo: "Senhores, o calor nessa sala é insuportável", estou emitindo um julgamento a partir de uma fonte. Tornei-me o emissor de uma mensagem. No caso, cada um dos meus ouvintes, receptores, podem se reportar a sala, retornar a fonte para concordar ou não com o julgamento e, portanto, compartilhar (ou não) do significado expresso. Evidentemente, como condição para a transmissão da mensagem, teremos que falar a mesma língua, entender os vocábulos e para compartilhar o significado ainda ter um mesmo entendimento das noções de calor e suportabilidade. Acrescento ainda: "liguemos os ventiladores", associando o juízo emitido e um procedimento desejado.

O conjunto das informações nos permitirá compartilhar o significado à partir de um campo prévio de significações compartilhadas, que grosso modo, poderíamos definir como cultura. O objeto ventilador e o ato de ligá-lo pertencem às nossas experiências prévias, e foram previamente dotados de significado.

Descrevendo o processo: 1 - A fonte (um objeto ou estado das coisas, no caso o ambiente desta sala) impressiona através de sinais um aparelho sensor (minha pele). 2 - Recolhendo e classificando as informações, e significando-as conforme minha vontade, estabeleço um juízo que codifico na linguagem. 3 - Emito a mensagem através de um enunciado simbólico que representa tal juízo. 4 - A mensagem transita por um campo de significações compartilhadas (o meio cultural) até um receptor. 5 - O receptor recolhe e decodifica minha mensagem. 6 - O receptor dirige seus sensores para a fonte significante, recebendo suas impressões. 7 - Se as significações prévias forem efetivamente compartilhadas e havendo a fonte confirmado o juízo por mim emitido, chegamos a um acordo, a uma significação comum sobre o juízo expresso, e coincidindo as vontades, teremos a realização do procedimento desejado (mais tarde vamos distinguir entre as duas formulações, a que expressa um juízo e a que solicita um procedimento).

Notem que a separação que faço entre a significação comum do juízo expresso e tomada de um procedimento a partir das vontades não é mera retórica. Por exemplo, poderemos todos concordar com o meu julgamento

de que faz um calor insuportável. Todavia, sendo a vontade dos senhores em entender essa confusa argumentação muito superior a de obter conforto térmico, e tendo em vista que o acionamento dos ventiladores barulhentos refrescará a pele, mas introduzirá o ruído nos sinais acústicos que emito e que provavelmente perderão uma parte ou totalmente seu sentido, então, os ventiladores permanecem desligados.

Para resolver esta importante questão teórica, farei um intervalo de dez minutos, durante os quais, pelo amor de Deus, deixem ligados os malditos ventiladores.

Teorias da Significação

Retomando: Tudo o que venho de dizer na primeira parte dessa palestra, embora se articule como dedução razoável do processo que procuramos descrever, contém em seu enunciado dois graves inconvenientes tanto do ponto de vista da significação como da comunicação.

No que se refere a comunicação, e por uma questão de economia informacional, a maior parte das mensagens codificadas e transmitidas não permitem (ou não solicitam) que o receptor teste a veracidade da informação junto à fonte primária. A mensagem já não representa o significante, mas minha opinião, intenção ou percepção do significante.

Se digo que no intervalo fui à cantina, tomei uma água de côco que estava gelada, um grupo dos senhores que lá estavam poderiam testemunhar minha presença na cantina, alguns poucos terão percebido que pedi uma água de côco, e absolutamente ninguém poderá confirmar se estava ou não gelada, já que tal fato foi dado somente a minha percepção.

É fácil perceber que se ampliando o grau de complexidade e o número das informações disponíveis, uma parte cada vez maior das mensagens passa a depender da credibilidade do emissor e não a referência entre receptor e fonte. Isso ganha dimensões evidentes se considerarmos os meios técnicos de reprodução das mensagens.

Suponhamos que essa palestra seja reproduzida, gravada ou transcrita, e que esteja sendo ouvida ou lida daqui a uma semana. Toda a referência ao calor e aos ventiladores só poderá ser percebida pelo seu cunho explicativo, ausente a fonte significante daqueles fenômenos. Contando quanto sofri

nesse inferno tórrido, resta-lhes somente acreditar ou descrever de tais informações.

Ora, dessa perspectiva, o receptor perdeu sua condição de sujeito. Não recolhe as informações da fonte significante, e encontra-se incapacitado para formular um juízo próprio. A atitude que lhe resta é dotar-me ou não de credibilidade, e como tal aceitar ou recusar o juízo por mim formulado. Reproduz-se, inversamente, o papel da corça que pode ou não deixar que seu odor chegue ao leão que dotará o fenômeno de significado. Aqui, o emissor, isto é, eu, é que me tornei o sujeito da informação.

Em outros termos, pela ruptura da relação sensorial entre um dos receptores e a fonte, o outro receptor ao codificar a mensagem e enunciar seu juízo transforma-se em emissor e sujeito primordial do processo.

Por outro lado, e considerando-se que o sentido da significação (com o perdão do jogo de palavras) deva se constituir num instrumental lógico do conhecimento, é de todo evidente que uma teoria subjetiva da significação, dependente em última instância da vontade individualizada do receptor poderia antes redundar em uma teoria da incognoscibilidade do que se articular como ferramenta do conhecimento. De certo modo, e por assim dizer, o próprio conceito de significação estaria se esvaziando, não ultrapassando o conceito mutável segundo seu apetite que o leão faz da corça.

Se da análise do fenômeno comunicacional, vimos a transferência da condição de agente da comunicação do receptor para o emissor, no plano da significação seria preciso deslocar um pouco o sujeito do significado, da vontade individual, para o plano das significações compartilhadas, e mais especificamente, para a área dos valores comuns que podemos agora expressar como sendo a vontade coletiva.

Mas, vamos com calma. Vejamos como tal processo se opera a partir de sua articulação teórica, na constituição do conceito de significado.

Historicamente, os lógicos descreveram o processo de comunicação localizando e cerne significativo em três pontos diferentes do processo, constituindo, grosso modo, o que usualmente se designa como semântica intencional, semântica formal e semântica accional.

O primeiro, de origem saxônica, e atribuído por Habermas à Grice e seguidores, na verdade transfere o problema, deslocando a significação da subjetividade do receptor para a subjetividade do emissor.

A significação encontra-se primariamente na intenção do emissor. O enunciado simbólico constituinte da mensagem não tem referência direta a uma fonte enquanto coisa ou estado da coisa, ou, se preferirmos, o emissor e sua intenção constituem a própria fonte.

Nessa concepção, a relação entre o emissor e o enunciado simbólico pode ser simétrica, isto é, representar fidedignamente a intenção subjacente ao emissor, ou assimétrica, quando não o fizer, seja pela impropriedade na construção do enunciado, seja porque o emissor prefere manter oculta ou disfarçada a sua intenção.

Vamos procurar exemplificar parodiando um conto clássico: duas princesas rivais e inimigas amam um mesmo camponês, que, por seu turno, prefere uma delas. Encontrado em sua companhia, é condenado pelo rei a submeter-se ao julgamento tradicional, que consiste no seguinte: Será colocado em uma arena na qual existem duas portas. Atrás de uma ocultar-se-á a princesa, e atrás da outra um tigre feroz. O camponês deverá abrir uma das portas, se a da princesa, com ela se casará. Se a do tigre, o casal será devorado.

As vésperas da cerimônia, um vulto encapuzado desce as masmorras onde o camponês está prisioneiro. É a princesa repudiada que lhe diz: "Verifiquei a posição da jaula do tigre. Abra a porta da esquerda e se salvará."

No dia seguinte, está lá o camponês, na arena, diante das duas portas. Para salvar-se, deve compreender o significado da mensagem recebida da princesa.

Pelo enunciado recebido, parece que não há dúvida, a princesa deseja que abra a porta da esquerda. Fazendo-o manifestará a recepção da mensagem, o processo de comunicação estará realizado com o receptor (o camponês) efetuando o ato desejado pelo emissor (a princesa). De passagem, vale notar que para considerarmos a comunicação concluída e demonstrada é necessário que as mensagens sejam sempre concebidas como teleológicas ou performáticas.

Nosso camponês semiólogo reflete. Pode tratar-se de uma mensagem simétrica, a princesa deseja realmente que ele abra a porta da esquerda. Ou assimétrica: na verdade, a princesa deseja que abra a porta da direita. Qual é a intenção da princesa? Salvá-lo ou vê-lo devorado pelo tigre?

Para a decisão, o juízo que o camponês fará das intenções da princesa substituirá o enunciado formal da mensagem. As intenções é que o farão presumir o significado da mensagem. Reconhecendo-a como dócil e abnegada, acreditará na mensagem e abrirá a porta da esquerda. Atribuindo-lhe caráter vingativo e feroz, bem faria em abrir a porta da direita.

Claro que também a princesa, conhecendo de antemão que o camponês a avalia como má e vingativa, poderia ter-lhe indicado a porta certa, presumindo que ele iria contrariá-la. Ou seja, terá indicado a da esquerda, que é a da salvação, supondo que o camponês abrirá a da direita, que é efetivamente a que deseja que abra. E por tal caminho, todos os artificios da intersubjetividade que Lacan procura explorar e descrever. Entretanto, as considerações infinitas que poderiam advir da intersubjetividade tornarão totalmente impossível estabelecer-se decisivamente uma situação em que os significados tenham sido partilhados.

Note-se que nas proposições simétricas, onde o enunciado corresponde a intenção, a performance compatível do receptor implica o partilhamento seja do comunicado seja do significado, mas apenas nesse caso. Em todos os outros, proposições assimétricas e ação discrepante do receptor, não se compartilha seja o comunicado, seja o significado, seja ambos, de tal modo que não há qualquer critério objetivo para a constituição de um significado.

Em outros termos, para estabelecer a validade de uma proposição qualquer, ter-se-ia na verdade que dividi-la em duas: a) o enunciado efetivamente constituído na forma de mensagem; b) um não enunciado oculto e constituído da intenção do emissor. Nosso camponês conhece "a", mas só pode supor "b".

O significado no modelo anteriormente descrito atribuído em última instância à vontade do receptor, transferiu-se integralmente para a vontade do emissor. Todavia, não creio que a inversão tenha de fato alterado o que já viramos. De fato, estamos diante de dois aparelhos sensores e duas inteligências, mas a significação só será partilhada se a vontade do emissor e receptor forem a mesma. Isto é, o camponês deseja salvar-se do tigre, e portanto, abrir a porta que oculta a donzela. Se este também for o desejo da

princesa, e sendo irrelevante qual das portas será aberta, desde que a correta, o significado terá sido partilhado. Se houver divergência, seja quanto às vontades reais dos participantes do processo, seja quanto à interpretação feita pelo camponês sobre a intenção verdadeira da princesa, isto é, em todos os outros casos, persistirá a divergência de significados e o camponês provavelmente terminará devorado pelo tigre, ou a princesa sofrerá um grave ataque histérico.

A validade da semântica intencional que enfatiza uma psicologia da comunicação assenta parcialmente no recorte entre o fundamento da proposição (a localização verdadeira da jaula do tigre), e o receptor da mensagem, o camponês, que não se encontra em condições de testar a veracidade da informação antecipadamente. Não pode, como a princesa alega ter feito, "verificar a posição da jaula", resta-lhe confiar ou não na informação e abrir uma das portas. Ao abri-la, é que desvendará o significado da mensagem, isto é, a intenção real da princesa (descartadas, como já vimos, as situações mais complexas introduzidas pela intersubjetividade).

Frege, e a ênfase semiológica da semântica formal concordariam que o significado da mensagem só será compartilhado no momento em que uma das portas for aberta, mas por motivos distintos. Não se trata de conhecer efetivamente a intenção da princesa, mas simplesmente de reportar o receptor à fonte primária da informação. Na semântica formal, o significado encontra-se na mensagem em sua referência à fonte original. Uma proposição assertórica, descritiva ou avaliativa, legitima-se por sua condição de verdade, isto é desde que os fatos validem o enunciado. Mesmo as proposições imperativas, falaremos delas adiante, que demandam uma ação ou fato não realizado legitimam-se do mesmo modo, pela sua perspectiva de construção de uma condição de verdade.

Reconstrói-se na sua inteireza o processo que a princípio descrevi. Um enunciado qualquer, comprovado pelos fatos, de cujo conhecimento direto o receptor dispõe, ganha condição de verdade, implicando que emissor e receptor partilhem de um significado.

Nesse caso, partilharão do significado em qualquer situação, desde que uma das portas (qualquer delas) seja aberta e no momento em que se desvendar o que oculta.

Considerando-se a condição (ou não) de verdade da proposição da princesa, e que o ato de abrir uma das portas (qualquer delas) implica um ato significativo por parte do camponês, teríamos quatro possibilidades:

- 1 - A proposição da princesa era verdadeira, e o camponês deu-lhe credibilidade;
- 2 - A proposição da princesa era verdadeira, mas não obteve crédito do camponês.
- 3 - A proposição era falsa, e o camponês acreditou nele.
- 4 - A proposição era falsa, e o camponês não acreditou.

Não tendo acesso à fonte, o camponês abriu uma das portas pela intenção que acreditava ser a da princesa (e não pelo enunciado de sua mensagem que não poderia receber previamente a condição de verdade).

De qualquer forma, ao abrir-se a porta, partilha-se o significado como segue:

Significado para a princesa

- Situação 1 - Falei a verdade. e o salvei;
 Situação 2 - Falei a verdade. não quis me ouvir. danou-se;
 Situação 3 - Eu o trai. Perdeu-se por crer em mim;
 Situação 4 - Não acreditou em mim e salvou-se

Significado para o camponês

- Ela falou a verdade e me salvou;
 Perdi-me por não acreditar nela;
 Traidora, morri por sua mentira;
 Salvei-me desconfiando da traição;

A condição de verdade, confirmando ou desmentindo a proposição, ao referir fonte e enunciado, estabelece um significado comum para o emissor e o receptor independente, portanto, da intencionalidade ou vontade de qualquer dos dois. Note-se que o enunciado da princesa, agora submetido à condição de verdade, implica a expressão de uma vontade, e o ato do camponês revela também um juízo sobre a princesa. Tudo isso se insere no significado compartilhado.

Todavia, não é tão simples. Como já disse, a economia informacional não permite o retorno persistente à fonte, que em grande número de casos, é inacessível. O significado no exemplo foi partilhado a partir da acessibilidade da fonte, já que uma das portas terá sido, afinal, aberta.

Mas, vejamos o que disse exatamente a princesa, no que se constituiu sua mensagem ao camponês: "Verifiquei a posição da jaula do tigre. Abra a

porta da esquerda e se salvará.” Até aqui temos tomado todo o enunciado simbólico como uma mesma proposição assertórica. Isto é, a princesa tendo verificado a jaula, conhece a posição do tigre, e informa de modo verdadeiro ou falso, um fato do seu conhecimento ao camponês. Portanto, a abertura da porta, remetendo o receptor da mensagem à sua fonte original, reconstitui (ou não) a condição de verdade. Enquanto proposição assertórica, é a segunda parte do comunicado que será submetida à condição de verdade.

Podemos constatar no enunciado duas proposições distintas e de natureza diversa. A primeira - “verifiquei a posição da jaula do tigre” - é assertórica, refere-se a uma fonte inacessível ao receptor. O camponês não pode se certificar de que a posição da jaula foi efetivamente verificada pela princesa e portanto nenhum modo de saber se tal afirmação é verdadeira ou falsa. E a segunda - “abra a porta da esquerda” - é uma proposição imperativa, onde o apêndice - “e se salvará” - ao referir-se à evidente vontade do camponês em salvar-se representa apenas um reforço argumentativo para a efetiva construção da condição de verdade.

Digamos, hipótese não prevista pelo autor do conto “A Dama e o Tigre”. Frank Stockton se não me engano, que a princesa, mimada e enfasiada, já arrumou namorado novo, e na verdade pouco se importa com a sorte do camponês. Sabedora de que seu primo duque é um apostador inveterado, resolveu ganhar um dinheirinho fácil, apostando com ele sobre qual porta o camponês abrirá.

Assim, a proposição assertórica que não pode ter a fonte testada pelo camponês é falsa. A princesa não se deu ao trabalho de verificar a posição da jaula do tigre. E a proposição imperativa (enquanto expressão de um desejo a confirmar-se no ato do camponês), potencialmente verdadeira. O final da frase, a expressão “e se salvará” como terceira proposição, aparentemente imperativa, não tem finalmente nenhum significado em si mesma. Dita isoladamente será carente de sentido.

Agora, não há nenhum modo pelo qual o significado da mensagem noturna ou da abertura de porta possa ser partilhado pelo camponês e pela princesa. Para o camponês, mensagem e ato significam vida ou morte, e para a princesa, lucro ou prejuízo.

Em outros termos, as vontades divergentes da princesa e do camponês impedirão, de todo modo, o entendimento entre ambos. Para o intencionalista, a comunicação terá sido feita, se os fins individuais do

emissor, expressos a partir do enunciado performativo da mensagem forem cumpridos, isso é, se for aberta a porta que efetivamente deseja seja a da esquerda (como objetivamente enunciou), seja a da direita (que oculta a preferência). Para o formalista, o enunciado torna-se verdadeiro se, e somente se, a porta da esquerda for aberta.

Concedo que do exposto possam ser ressaltadas duas coisas. A primeira é que a perspectiva de compartilhar um significado (independente da intenção do emissor ou da veracidade da mensagem) implicaria necessariamente que os atores compartilhassem previamente um campo de valores e atribuições de significados possíveis vinculados ao enunciado e ao ato. A segunda, que será inicialmente explorada por Wittgenstein é que o próprio enunciado não é apenas uma fala, uma proposição associada a uma fonte, mas um ato em si mesmo.

De fato, é falso que a princesa tenha verificado a posição da jaula do tigre, mas é verdadeiro que ela afirmou tê-lo feito. Efetivamente, ela se dirigiu até as masmorras e pronunciou seu discurso para o camponês, constituindo no conjunto de movimentos, atos e falas, um ato social real.

Introduz-se a semântica accional, que seria desenvolvida por Searle, e ainda por Habermas através da noção de "ação comunicativa". Wittgenstein chama de "jogo de linguagem" aos procedimentos linguísticos e não linguísticos (introjetados nos agentes) entrelaçados. Para ele "o conjunto de atividades e de ações de fala é constituído através do consenso preliminar numa forma de vida compartilhada intersubjetivamente ou através da pré-compreensão de uma prática comum regulada através de instituições e costumes. Aprender a dominar uma linguagem, ou aprender como compreender as expressões numa linguagem, exige que nos exercitemos numa determinada forma de vida. Esta, por sua vez, regula preliminarmente o emprego dos vocábulos e das proposições numa rede de possíveis colocações de fins e de possíveis ações." (Cf. Habermas, 1990, p. 112).

A ênfase, então, deve descolar-se de uma psicologia da comunicação ou das noções de verdadeiro/falso postuladas pela semântica formal, para o desenvolvimento de uma sociologia da comunicação.

De fato, persiste uma intenção do emissor, porém secundarizada, já não se trata do desejo autônomo do agente senão na medida em que tal for permitido pelo conjunto de condicionamentos sociais que podemos expressar através do termo vontade coletiva. As instituições, hábitos e costumes

constituem um campo de significados prévios comuns à princesa e ao camponês e indicativos do sentido da ação da fala. É evidente que a princesa pode estar transgredindo uma regra, mas quanto mais forte a regra, é menos provável que o faça.

Falta-nos, portanto, para ajudar o camponês em seu dilema, um conhecimento mais amplo da sociedade em que se insere. Digamos que nos hábitos locais, desprezar uma mulher seja o insulto mais veemente que a ela se possa fazer, e que a vingança seja tomada como única forma de lavar a honra ultrajada. Devemos, portanto, inclinar-nos a pensar que a princesa mente. Digamos ainda que o julgamento na arena é uma cerimônia religiosa, sagrada, e que todo ato laico praticado durante o evento sofra forte repressão. Torna-se pouco provável que a princesa utilize a ocasião para fazer uma aposta fútil. Etcetera.

Por outro lado, considerar a mensagem como ato em si mesmo, transforma sua relação com a fonte. Deixa de constituir-se em representação da fonte para apresentar-se apenas como uma referência a ela. O enunciado não é um substituto da fonte, mas a expressão de uma perspectiva (nas proposições assertóricas) ou desejo (nas imperativas) sobre ela. Assim, é verdadeiro como ato, e sua confirmação pela consulta à fonte diretamente pelo receptor apenas uma espécie de verdade em segundo grau. Na verdade, implicaria duas informações diferentes.

Se afirmo que estes simpáticos ventiladores são silenciosos, e os senhores, reportando-se a eles, os verificam silenciosos, terão que: os ventiladores são silenciosos e o Miranda percebeu este fato. Se os percebem horripelantemente barulhentos, constatam que os ventiladores são barulhentos e o Miranda, coitado, é surdo. Em outros termos, minha proposição contida num ato da fala fornece primariamente informações a meu próprio respeito.

Assim, travamos contato com o enunciado da princesa, e obtemos uma informação a seu respeito. Para ela, seja por amor, vingança ou por ter feito uma aposta, não é indiferente que o camponês abra qualquer das portas. Sabemos pela fala-ato da princesa que lhe é importante que o camponês abra uma das portas.

Para sabermos qual, ou pelo menos para aumentarmos a probabilidade de que o camponês faça a escolha certa, seria preciso percorrer o campo

das significações compartilhadas, ou o conjunto de valores e símbolos que circundam socialmente a princesa e o camponês.

É por onde chegamos a afirmação de que constituindo a fala uma ação social, submetida aos fenômenos sociais encontramos o campo comum para submetê-la legitimamente ao crivo de uma teoria da ação social.

Nosso camponês aguardará mais um pouco, e nos próximos tópicos conhecerá seu destino.

O Campo das Significações Compartilhadas

Em seguida, tratarei de expor, de forma rápida e fragmentária, a teoria social de Ferdinand Tönnies, apenas para lembrá-los sobre o tema, e situar definitivamente nossa problemática.

Esse autor, como se sabe desde que Durkheim o comentou, procede dialéticamente, construindo pares opostos e em contradição, conceitos-limite que circunscrevem seja a constituição das coletividades, seja a ação dos atores humanos personalizados. Para o primeiro efeito, estabelece os conceitos de comunidade (“Gemeinschaft”) afirmando-a (em modelo) como um sujeito coletivo, uma unidade de ação e de referência, um organismo; E de sociedade (“Gesellschaft”), uma articulação elaborada entre sujeitos individualizados, um agregado mecânico e artificial através do qual os agentes se relacionam. No plano pessoal, o par oposto configura-se como “vontades”, definidas como vontade orgânica (“wesenwille”), conjunto das impressões bio-psíquicas e sociais introjetadas; e vontade proposta (“kürwille”) pela qual o meio propõe e possibilita alterações da rotina de ações e valores. Sempre ao nível pessoal, a “wesenwille”, grosso modo representa a vontade coletiva, e a “kürwille” a inovação e a mudança.

Se o ato pessoal pode ser tomado como uma resultante das tensões presentes em maior ou menor grau entre as vontades, como ato social não tem todavia uma referência imediata à natureza da coletividade em que se insere. Ou seja, reconhecer-se que a princesa encontra-se inserida numa formação predominantemente comunitária ou societária seria pouco útil para calcular as probabilidades de significado do seu ato linguagem.

O que se dá é que os pares dialéticos reproduzem-se em outros pares de valores igualmente opostos (sempre positivos, embora contraditórios) e que se estabelecerão como referencial para as ações sociais. Ou, o que referencia as ações próximas e vincula-se às vontades, não é a comunidade ou sociedade, mas suas respectivas representações valorativas. Em outros termos, valores em contradição, e referidos seja ao instituto da comunidade ou da sociedade e prevalectentes um sobre o outro, embora não de modo absoluto na medida em que a formação coletiva aproximar-se mais ou menos de um e outro modelo apresentam-se face aos atores delimitando, circunscrevendo e indicando as ações possíveis.

Teremos assim um conjunto de valores contraditórios que se apresentam nas diferentes áreas da experiência humana e que, para o efeito que perseguimos, podem ser descritos como os componentes valorativos do que vem sendo expresso como Campo das Significações Compartilhadas.

Mais adiante trataremos de descrevê-los melhor.

Por ora, vamos tomá-los para definir os tipos de fenômenos que afinal constituiriam o Campo de Significações Compartilhadas, e portanto, como a condição necessária para que uma determinada mensagem chegue ao destino e estabeleça um entendimento entre o emissor e o receptor:

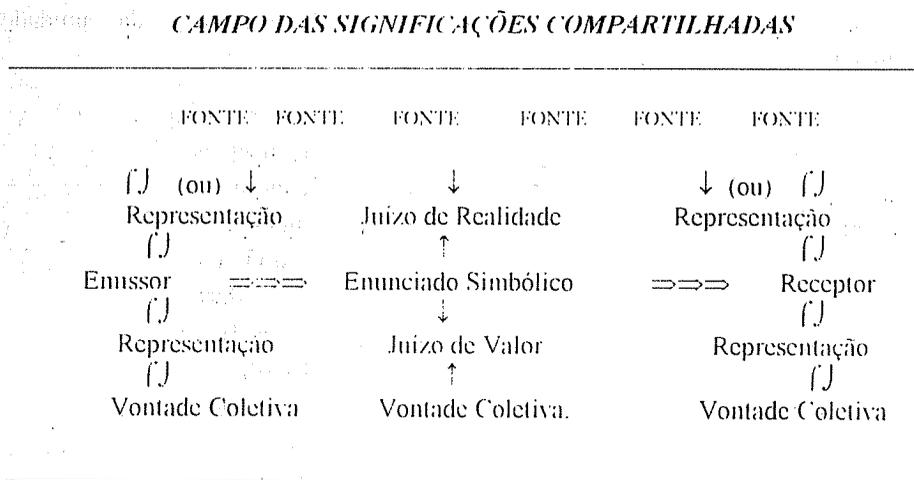
Em princípio, trata-se de partilhar o universo simbólico, isto é os códigos e estruturas dos códigos a utilizar. Enquanto símbolos expressivos de coisas, fatos, estado das coisas ou ações sobre elas exercidos ou a exercer-se, guardam referência objetiva, isto é, relacionam-se a uma fonte exterior ao próprio ato linguagem. Mas, enquanto conceito, devem ser percebidos como relativos à valores. Na fala da princesa, “Abra” (ato a ser exercido sobre uma coisa) “a porta” (coisa) “da esquerda” (estado da coisa em relação a outra, similar) guarda referência aos objetos concretos. Mas, “E salve-se” é conceitual, e referido a valores. De fato, se tivesse dito: “E viva” guardaria relação a um estado da matéria orgânica. Mas, o que significa “salvar-se” senão um valor? Basta nos reportar a maioria das religiões ocidentais para sabermos que não há nenhuma relação estrita entre “viver” e “salvar-se”. Para entender “salvar-se” como “viver” seria preciso entender também o segundo verbo como referido a um valor e não a um estado da matéria.

Mas, a referência a fatos, coisas e valores, não distingue apenas a estrutura simbólica da mensagem. A linguagem como ato deverá conter o

duplo referencial. Já se viu como ao emitir um juízo sobre algo, o meu ato, constitui ele próprio elemento para um juízo a meu respeito. O enunciado simbólico contém simultaneamente, em maior ou menor grau a dupla referência, a fonte e aos valores, e para o entendimento, ambos os significados deverão ser adrede compartilhados.

De fato, não tendo possibilidade de referir-se à fonte e testar a condição de verdade das informações da princesa, o ato do camponês abrindo qualquer das portas atestará fundamentalmente um juízo não sobre a porta ou o tigre, mas sobre a princesa, e aos valores contidos em seu enunciado e (supostamente) partilhados pelo camponês.

Talvez possamos representar todo o processo do seguinte modo:



Por onde, o enunciado simbólico, forma-se a partir de representações relativas à fonte e a vontade coletiva e contém, em maior ou menor grau, tanto de juízos de valor como juízos de realidade. O mesmo sucede ao nível do entendimento, isto é, da recepção, também referidas às representações similares. Para que a comunicação seja efetivada, é suficiente que ambas as representações (do emissor e do receptor) mantenham sua referência a fonte e aos valores (similares), mas para que o significado do enunciado seja partilhado, é preciso que apresentem também um alto grau de proximidade significativa. Por fim observe-se que a referência direta à fonte, seja do emissor, mas mais evidentemente do receptor, torna-se excepcional.

Ocupemo-nos agora dos valores. Vejamos, segundo Tönnies alguns dos pares contraditórios que intermediam a ação pessoal, e que são constituintes da vontade coletiva, e cujo grau positivo de valoração (embora todos os tenham) devam acompanhar a natureza da formação coletiva geral, sendo inclusive indicativos desta. Dentre outros:

VALORES COMUNITÁRIOS (afirmativos da unidade coletiva individualizada)		VALORES SOCIETÁRIOS (afirmativos da unidade individualizada)
solidariedade	>>><	concorrência
colaboração	>>><	competição
concordia	>>><	contrato
íntimo	>>><	público
coletivo	>>><	individual
bens	>>><	mercadorias
valor-de-uso	>>><	valor-de-troca
povo	>>><	Estado
responsabilidade	>>><	liberdade
paciência	>>><	ação
paz	>>><	aventura
aldeia	>>><	metrópole
vida familiar	>>><	vida cosmopolita
tradição	>>><	racionalidade
pensamento	>>><	razão
fé	>>><	ciência
hábitos	>>><	legislação
costumes	>>><	opinião pública

Elenquei os valores de forma mais ou menos aleatória e pouco rigorosa, apenas para exemplificar sua dimensão e o fato de constituírem pares opostos. Além disso, para notar que alguns deles não são apenas valores opostos, mas categorias de decisão, isto é, valores pelos quais se estabelecem ou se reafirmam outros valores.

Assim, por exemplo, numa comunidade-tipo, a tradição além de ser um valor em si mesma, orienta e ajuíza outros valores, circunstância que numa sociedade-tipo será um atributo da racionalidade. Digamos que no reino distante, uma comunidade tradicional, as mulheres humilhadas tenham o direito e dever de vingar sua honra ultrajada. O valor contido no ato da princesa poderia ser o da vingança, porém orientado e ajuizado pela tradição, a categoria decisória. Contudo, digamos ainda que o tal reino esteja em processo de modernização e desenvolvendo valores societários. A própria princesa, enviada para estudar na Inglaterra, formou-se em economia em Cambridge e no momento é ministra das finanças do país. Assim, possivelmente, nem mesmo se dignaria a descer às catacumbas. Dá-se, entretanto, que ela sabe que o camponês é o melhor cultivador de tâmaras do país. Pouco se lhe dá que o camponês morra, porém não antes de que forneça o segredo do cultivo. Então, movida pelo cálculo e pela utilidade do camponês, poderia tentar salvá-lo, a partir de dois valores derivados da racionalidade.

Embora com a sensação de estar galopando dentro de uma galeria de arte, espero que tenhamos podido esboçar suficientemente o problema, pois que é nesse contexto que gostaria de introduzir sumariamente a noção de opinião pública.

A Opinião Pública

No exemplo que acabo de descrever, poderíamos dizer que o tal reino distante está muito longe de assumir a racionalidade como valor hegemônico. Se assim fosse, não adotaria o julgamento pela sorte (que é o que efetivamente vai suceder), tornando irracional a decisão sobre o destino do camponês criminoso. Seria apenas a princesa, já sob o domínio do imperialismo cultural inglês, a opor-se à decisão tradicional a partir de valores racionais.

No entanto, como a despeito da influência dos valores desenvolvidos pelo capitalismo, o seu meio ainda cultiva os valores antigos, e o desejo de

vingar-se da humilhação recebida deveria ser ainda bastante forte. É bastante provável que ao nível das vontades, antes de tomar a decisão, a princesa tenha sido assomada por uma crise. Sua vontade orgânica, a *wesenwille*, dizia-lhe para que deixasse a sabedoria milenar de seu povo seguir o curso natural e que os deuses fizessem valer seus desejos, conduzindo a mão do camponês para uma ou outra porta. Mas, a *kürwille*, uma possibilidade posta pelo meio social para que dele se distinguisse através de um ato individualizador, insistia em que, contra a tradição e o povo, fizesse prevalecer o cálculo, que, via argumentos racionais, poderia a certo prazo beneficiar todo o reino pelo eventual florescimento do cultivo das tâmaras.

Teve que optar entre a vingança e o cálculo, valores que não são contrários senão nesse conjuntura determinada, mas que no caso representavam os modos fundamentais de tomadas de decisão. Todos os argumentos a favor da vingança ou do cálculo (e do perdão e do impulso seus opostos reais) constituem pretensões de validade não propriamente por referência a um juízo, mas ao modo de formular juízos.

Associados a tradição, aparecem a fé, os hábitos, costumes e pensamentos. E a razão, a ciência, a legislação e a opinião pública.

O par conceitual da opinião pública seria exatamente o costume.

Desde a origem conceitual da opinião pública, apresentam-se as evidências de sua associação com a racionalidade e da oposição aos costumes.

Com efeito, entendia-se a opinião pública como o consenso estabelecido pelos cidadãos articulados em públicos primários. Não se trata de um consenso entre seres humanos, mas apenas dos cidadãos, os dotados de direitos políticos, e que em princípio implicaria aqueles responsáveis, conscientes e racionais. Dessa classe, é bom lembrar, que ao mesmo tempo em que se conceituava opinião pública, excluam-se as mulheres, negros, povos coloniais, analfabetos, e pobres em geral. Ou seja, não se supõe um direito universal, mas uma prerrogativa adstrita a determinado tipos de indivíduos, aos quais se atribuía o domínio de um número considerável de informações (a responsabilidade), a capacidade de perceber o conjunto de interesses envolvidos e não apenas os próprios (a consciência), e que, deixariam de lado emoções e apetites no momento de assumir as decisões (a racionalidade).

De fato, não seria razoável supor-se um consenso de paixões, de interesses privados e particulares e de pessoas desinformadas. Um segundo aspecto é que tal consenso iria se produzir em públicos primários, em grupos de indivíduos fisicamente reunidos, e com acesso tanto as fontes, quanto as informações e argumentos desenvolvidos no processo. E o consenso presumia uma razão objetiva aplicada aos fatos conhecidos.

E por que, no bojo da revolução burguesa, seria preciso postular essa forma de tomada de decisões? Qual o modo anterior? Já o sabemos por nossa história exemplar. O camponês será submetido ao teste da arena porque o costume assim o determina, independente da vontade pessoal do rei ou da princesa, e do que possam pensar a respeito a maior parte, ou mesmo a totalidade dos súditos do reino.

Todavia, após ser constituída, como outros valores, e postular-se como o modo racional da tomada de decisões coletivas, o conceito perdeu o suporte que o originara. A própria racionalidade, pela via do avanço da ciência, questionar-lhe-ia os fundamentos racionais. É o próprio Wright Mills que após descrever as suposições que fundamentaram o conceito, nota que o advento das “descobertas” de Rousseau (as “massas”), Marx (as “classes”) e Freud (os condicionamentos psíquicos) tornavam inviável a hipótese das razões autônomas referindo-se umas as outras e decidindo. Observa ainda que o crescimento da complexidade social vedava progressivamente o acesso dos indivíduos isolados às fontes da significação, no que descreve como transição de uma sociedade de públicos para a sociedade de massas.

No entanto, as objeções colocadas contra os suportes racionais do conceito não o desvitalizaram. Já não se tratava (e provavelmente nunca se tratou) de uma construção racional e científica, mas de um valor que se articulava e como tal se sustentaria, desenvolveria e ganhara fôros de instituição.

De produto original da racionalidade de supostos cidadãos conscientes, a opinião pública passa a ser a produtora de uma racionalidade auto atribuída para a constituição das ações sociais desejáveis. Para a opinião pública, não importa a opinião do público. Importa-lhe, sempre se opondo aos costumes, aparentar racionalidade nas indicações controlando e dirigindo emoções e vontades. Em outros termos, postular-se permanentemente como racional, e como tal em condições de valorizar a ação que propõe.

Expressões emotivas como “vergonha” e “indignação” tão utilizadas por um notório comentarista de televisão estão sempre levantadas tendo em vista alcançar fins ditos racionais. Observe-se que deixando de lado o público, os organismos prestigiados como formadores de opinião são precisamente aqueles onde independentes de sua penetração ou audiência, a argumentação fria e com nexos aparentemente lógicos, predomina sobre qualquer outra forma de opinião.

Lembraria, sem intenção de defendê-los, a profusão de programas doutrinários e religiosos que assoma o rádio e a tevê. Por mais que façam apelos éticos e comportamentais e tratem de difundir doutrinas, não são considerados expressões da opinião pública. Poderia ainda falar dos programas e publicações policiais, sensacionalistas e emocionalistas, desde logo condenáveis e deslegitimados como representativos (ou formadores) da opinião pública.

É certo que não desenvolvi ainda suficientemente o argumento, mas é preciso encerrá-lo. Se através de plebiscito, a maioria da população se pronunciasse a favor de qualquer medida não respaldada por argumentos racionais, isso não seria uma manifestação da opinião pública, do mesmo modo como não o são os programas e órgãos de imprensa que não possuem tal respaldo. O debate sobre, por exemplo, a pena de morte e o aborto, nos veículos de opinião pública, forneceriam provavelmente indicadores a propósito.

Penso, sumariamente, possível demonstrar então que, dotada de credibilidade ao se articular sobre os valores da razão hegemônica, as mensagens desenvolvidas por tais órgãos perdem, progressivamente a necessidade de afirmar uma racionalidade própria. Basta-lhe uma aparência e o fato de estar incluída e vinculada ao órgão emissor.

De certo modo, conter o valor racionalidade e afirmar a racionalidade enquanto valor pode substituir a própria análise racional. Particularmente, para exemplificar, e depois de dois anos de noticiário, nada sei, de fato, sobre a guerra da Bósnia. Parece que há uma porção de sérvios malvados que até aprisionam brasileiros. Sabemos o que fazem, mas não sabemos porque fazem. Segundo o noticiário e as análises que vejo, trata-se de um conflito sem objetivos econômicos, políticos ou culturais. Claro, devemos ter uma posição (os vilões são os sérvios), dita a opinião pública brasileira, sem indícios mínimos do que de fato se passa naquela região do planeta.

Falando de modo geral, tenho a impressão de que independente da fonte e de referência a outros valores, as mensagens inseridas nos órgãos formadores de opinião são auto-referentes, reafirmando a cada texto sua capacitação. E como se dissessem: 1 Devemos resolver racionalmente; 2 Eu sou racional; 3 Eis agora uma mensagem referida a uma fonte qualquer a qual você não tem acesso e eu não preciso indicar se tenho ou não; 4 Procure ser racional, isto é, me acompanhe; 5 Parabéns! Bemvindo ao clube dos racionais.

Deve o receptor a cada momento lembrar-se que a recusa à mensagem deve confrontá-lo com a possibilidade de ser avaliado como irracional, e no limite, ver o próprio campo de significações compartilhadas comprometido. Alguns temas do Brasil recente, tais como Privatização, Desestatização, Globalização e Modernização foram e continuam sendo assumidos e defendidos sem que a maior parte das pessoas com posições sobre o assunto efetivamente saibam do que estão falando.

Evidente que uma afirmação desse porte necessitaria de uma análise mais fina e fundamentada que para o futuro procurarei desenvolver. Por ora, toda a essa conclusão fica por conta da necessidade de dar um fecho, apontar uma direção em que a argumentação deveria prosseguir.

Para terminar, é claro que não me esqueci da princesa e do camponês. Consideradas todas as variáveis apresentadas, torna-se evidente, pode-se considerar como uma certeza matemática que o pobre camponês abrirá a porta que esconde o tigre e será em seguida estraçalhado.

Afinal, nenhum rei que se preza vai dar sua filha de presente a um reles camponês, e o soberano, em nome do supremo valor da autoridade, terá sabiamente providenciado a presença de um tigre atrás de cada porta.

Bibliografia

- FERNANDES, Heloisa (Org.). **Wright Mills**. São Paulo: Ática, 1973.
- HABERMAS, Jurgen. **Estudos Pensamento Pós-Metafísico Estudos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- MIRANDA, Orlando de. **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- _____. **Vida e Obra de Ferdinand Tönnies**. Série Bibliografia. PPG/DS, FFLCH/USP, 1995.
- WRIGHT MILLS, Charles. **A Elite do Poder**. 3a edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.